



---

## O LIVRE-ARBÍTRIO E A GRAÇA COMO REABILITAÇÃO DA CONDIÇÃO ANTROPOLÓGICA EM AGOSTINHO DE HIPONA

Ricardo Vinter<sup>1</sup>

Silvano João da Costa<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo compreender como, em Agostinho, o livre-arbítrio e a graça auxiliam o ser humano na reabilitação de sua condição antropológica. Podendo assim esclarecer, baseado nos conceitos agostinianos, a pergunta que a humanidade sempre questionou-se: *Quem é o homem?* A resposta, para Agostinho, não é possível estritamente na terceira pessoa, ele apresenta a realidade tanto do ser humano em geral quanto de si mesmo. Abordando a antropologia de Agostinho; os limites e fronteiras tanto do livre-arbítrio quanto da graça em seu pensamento; algumas implicações práticas destas dimensões; espera-se uma resposta de como o livre-arbítrio e a graça se coadunam na pessoa humana de modo a reabilitar sua condição antropológica, inaugurando o processo de liberdade fruído pela mesma.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agostinho de Hipona; Pensamento Cristão; Livre-arbítrio; Graça; Antropologia.

Este artigo trata de modo especial do ser humano. Apresentando, sob o aspecto de Agostinho de Hipona, a compreensão da condição humana em sua antropologia, bem como os conceitos básicos e necessários para atingir a liberdade, que são o livre-arbítrio e a graça. E como eles se organizam de modo a reabilitar o aspecto dado da condição humana, em vista de um crescimento pessoal.

A partir desta noção básica, a pergunta que se faz é: “Como isso acontece?” Tornar-se livre é o que cada indivíduo anseia, mas para atingir este objetivo é necessário um olhar para dentro de si, seguido de um olhar para o alto, nisto se resume o itinerário da interioridade realçado por Agostinho.

Pensar a realidade do ser humano que está em uma determinada situação, mas com potencial de galgar degraus na escada de perfeição, tendo em vista um fim último, pode

---

<sup>1</sup> Bacharel em filosofia pela Faculdade São Luiz. E-mail: ricardo.vinter@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre em educação pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) e professor de filosofia na Faculdade São Luiz. E-mail: silvano.costa@saoluiz.edu.br

trazer luz às reflexões contemporâneas, as quais por vezes se perdem no materialismo, e deixam de ter sentido.

Tal desenvolvimento com fim em Deus pode ser uma saída para a sociedade atual onde se percebe uma nítida perda de valores, um descontentamento com sua situação, e que por diversas vezes é projetado como culpa de outrem. Uma sociedade que se perdeu ao olhar apenas para fora de si e não reconhece que deve voltar-se ao centro.

A antropologia de Agostinho será apresentada nos conceitos de *imagem e semelhança de Deus, amor, corpo e alma*. Além disso, também serão abordados os conceitos de *livre-arbítrio e graça*, perpassando a problemática e a natureza do *mal* e a definição da *vontade humana*. Visando o objetivo deste artigo se explicará como o exercício do livre-arbítrio e o papel da graça podem auxiliar o homem na reabilitação de sua condição sob a ótica agostiniana.

## 1. A antropologia agostiniana

O ponto de partida deste artigo tem como intuito apresentar a antropologia de Agostinho, deste modo será possível compreender a partir de seu ponto de vista como o ser humano era visto e compreendido.

### 1.1. Fundamentos da antropologia de Agostinho

A antropologia de Agostinho está fundada na categoria do *Eu*, na qual o conceito de ser humano e das relações em primeira pessoa são importantes para sua completa compreensão.<sup>3</sup>

Outro aspecto de seu pensamento é que o homem é livre. “Ele sempre sustentou que a liberdade é um fundamento da antropologia cristã”.<sup>4</sup> Sendo que esta liberdade possibilita o retorno do ser humano, criado, para o seu criador. Uma vez que “[...] era necessário que Deus desse ao homem vontade livre” (AGOSTINHO, *O livre-arbítrio*, II, 1,3).<sup>5</sup>

A união de deificação com Deus para Agostinho não é a abolição da natureza humana, mas sua única realização. O coração está *inquietum* fora da vida divina para a qual ele foi criado. O pecado

---

<sup>3</sup> Cf. VAZ, Henrique Cláudio de Lima. A ética agostiniana. In: \_\_\_\_\_. *Escritos de filosofia IV: Introdução à ética filosófica 1*. São Paulo: Loyola, 1999, cap. 2, p. 177-197. (Coleção filosofia). p. 182. [grifo do autor]

<sup>4</sup> IGREJA CATÓLICA. *Carta apostólica no XVI centenário da conversão de Santo Agostinho*. São Paulo: Loyola, 1987, p. 25.

<sup>5</sup> AGOSTINHO. *O livre-arbítrio*. Tradução de Nair de Assis Oliveira. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2004, (Patrística, 8), p. 75.

despersonaliza e destrói. Crescer em semelhança com Deus restaura a pessoa de outro modo fragmentada.<sup>6</sup>

Agostinho considera que Deus não criou apenas uma alma, mas sim o homem, para ele o ser humano é concebido como um conjunto coeso e integral, não podendo ser repartido em detrimento do que é, bem como de sua finalidade.<sup>7</sup>

### 1.1.1. Influências na antropologia agostiniana

No desenvolvimento de sua concepção antropológica, Agostinho recebe a influência tanto do neoplatonismo como da tradição cristã. Do ponto de vista neoplatônico ele mantém a constituição humana por uma porção corpórea e outra espiritual. A esta porção espiritual incide a ótica cristã, a qual é dividida entre parte inferior, conhecida como *anima*, e superior, de nome *animus*, *spiritus* ou *mens*. Embora esta divisão não seja substancial, a mente humana trata-se da parte racional da alma.<sup>8</sup>

Agostinho se serve dos termos *anima*, *animus* e *spiritus* para falar da alma. Os dois primeiros são traduzidos por ‘alma’, um princípio vital baseado tanto nas Sagradas Escrituras, como é amparado pelo princípio platônico da participação, na qual um ser finito recebe a vida de algo mais poderoso que ele. Porém, *anima* se refere principalmente à alma animal, enquanto *animus* é utilizado para a alma humana, racional. Entretanto, a alma racional também pode ser a tradução de *spiritus*, apesar de ser traduzido por ‘espírito’, de modo que influenciado por Porfírio, tem como função armazenar as impressões dos sentidos do corpo; ou pelas Escrituras onde *spiritus* é o princípio racional do *animus*.<sup>9</sup>

---

<sup>6</sup> MECONI, David Vincent. A doutrina de Agostinho sobre deificação. In: \_\_\_\_\_; STUMP, Eleonore (Org.). *Agostinho*. Tradução de Jaime Clasen. São Paulo: Ideias & Letras, 2016, cap. 11, p. 257-279, (Companions & Companions), p. 264. [grifo do autor]

<sup>7</sup> Cf. GILSON, Étienne. *Introdução ao estudo de Santo Agostinho*. Tradução de Cristiane Negreiros Abbud Ayoub. São Paulo: Discurso Editorial; São Paulo: Paulus, 2006, p. 104-105.

<sup>8</sup> Cf. DALPRA, Fábio. A fundamentação da antropologia agostiniana no *De Trinitate*. *Revista ética e filosofia política*. Juiz de Fora, Minas Gerais. Número XVIII, v. I, p. 118-128, ago. 2015, p. 120.

<sup>9</sup> Cf. LIMA, Ricardo Pereira Santos. A alma e suas faculdades: uma hipótese sobre o uso dos termos em Agostinho. In: Marcelo Carvalho, et all (Org.). *ANPOF XVI*. São Paulo, p. 11-19, 2015, (Filosofia medieval), p. 13-14.

### 1.1.2. O amor na antropologia agostiniana

Agostinho comenta as relações interpessoais no mandamento do amor: “*Amarás ao Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma e de todo o teu espírito. [...] Amarás o teu próximo como a ti mesmo.*” Desses dois mandamentos dependem toda a Lei e os Profetas” (Mt, 22, 37;39-40).<sup>10</sup>

Neste contexto Agostinho tem o objetivo de abordar o homem integralmente: “Ora, se tu te consideras por inteiro, isto é, alma e corpo, e se consideras o próximo por inteiro, isto é, alma e corpo [...], observarás que nenhuma categoria de objeto a amar foi omitida nesses dois preceitos” (AGOSTINHO, *A doutrina cristã*, I, 26, 27).<sup>11</sup>

A célebre frase de Agostinho “Ama e faze o que quiseres” (AGOSTINHO, *In epistolam Joannis ad parthos tractatus decem*, 7,8),<sup>12</sup> requer como pano de fundo o contexto onde todo o agir humano deve ser compreendido pelo amor de Deus. O qual é tido como referência para a ação humana, por não ser corruptível, diferentemente de um amor pautado nas coisas materiais e voláteis, sujeitas ao devir.<sup>13</sup>

Agostinho afirma que deve-se amar as coisas do mundo apenas no sentido de que elas podem levar ao amor, que é o próprio Deus. (Cf. AGOSTINHO, *A doutrina cristã*, I, 35,39).<sup>14</sup>

A ordem da vida moral é, pois, regida pela ordem do *amor* que se desdobra na esfera do *uso* como amor de *si mesmo* (alma e corpo) e dos *outros* segundo o reto modo e os graus correspondentes, e se eleva finalmente à esfera da *fruição*<sup>15</sup> como amor de Deus, amado em si mesmo e por si mesmo.<sup>16</sup>

Este amor que ordena está no mais alto das virtudes, *caritas*. É em torno do “amor ordenado” que a ética agostiniana se encontra, nele são unificados os conceitos éticos das tradições antiga e cristã dando forma ao seu pensamento.<sup>17</sup>

---

<sup>10</sup> BÍBLIA. Português. *Bíblia de Jerusalém*. Tradução de Centro Bíblico Católico. São Paulo: Paulus, 2013, (formato grande), p. 1740. [grifo do autor]

<sup>11</sup> AGOSTINHO. *A doutrina cristã*: Manual de exegese e formação cristã. Tradução de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 2002, (Patrística, 17), p. 65.

<sup>12</sup> AGOSTINHO. *In epistolam Joannis ad parthos tractatus decem*. MIGNE, *Patrologia latina*, [s.d.]. v. 35, coluna 2033, [s.p.]. [Tradução nossa]

<sup>13</sup> Cf. SCHLABACH, Gerald W. Ética. In: FITZGERALD, Allan D. (Org.). *Agostinho através dos tempos*: uma enciclopédia. Tradução de Tiago José Risi Leme. São Paulo: Paulus, 2018, (Filosofia medieval), p. 416.

<sup>14</sup> Cf. AGOSTINHO, 2002, p. 76.

<sup>15</sup> “Fruir é aderir a alguma coisa por amor a ela própria. E usar é orientar o objeto de que se faz uso para obter o objeto ao qual se ama, caso tal objeto mereça ser amado” (AGOSTINHO, *A doutrina cristã*, I, 4,4). [Ibidem, p. 44].

<sup>16</sup> VAZ, 1999, p. 193. [grifo do autor]

<sup>17</sup> Cf. Ibidem, p. 195.

É possível participar da ordem do amor de Deus já nesta vida na medida em que esta busca estabelecer uma ordem racional da virtude. Sobretudo para toda a sociedade, embora necessite do engajamento de cada indivíduo que a compõe.<sup>18</sup>

E para realizar esta tarefa, levando em conta o princípio cristão de amar uns aos outros, são lançados os alicerces de uma vida moral e social com base comum: o homem virtuoso, desejoso de um mundo onde todos só usem de si mesmos tendo em vista Deus. O homem voltado a seu criador tem possibilidade de realizar-se plenamente.<sup>19</sup>

## 1.2. Ser humano: corpo e alma

Para Agostinho “[...] o homem é uma substância racional que consta de alma e corpo” (AGOSTINHO, *A Trindade*, XV, 7,11).<sup>20</sup> A alma é a parte dominante no homem por corresponder ao elemento que concede a vida e o movimento ao corpo animado, é também o centro da consciência, pensamento e percepção.<sup>21</sup>

Embora “[...] a alma humana, e especialmente a sua parte racional, é superior ao corpo”,<sup>22</sup> não se pode desprezá-lo, pois existe uma relação mútua entre ambos, na qual a alma é “[...] ‘uma substância racional feita para governar o corpo’, então é a alma que confere vida a ele”.<sup>23</sup>

No pano de fundo da busca de Deus, objetivo de vida para o filósofo da interioridade, por meio dos seres criados, a qual se dá além da criação, recorre à alma para encontrar Deus. Agostinho afirma: “Tu, alma, digo-te que és mais importante que o corpo, [...] pois és tu que lhe dás a vida” (AGOSTINHO, *Confissões*, X, 6).<sup>24</sup>

Para Agostinho a essência do ser humano é ser um animal racional. Assim o homem não é nem seu corpo material separado da alma, nem também sua alma segregada do

---

<sup>18</sup> Cf. SCHLABACH, 2018, p. 416.

<sup>19</sup> Cf. GILSON, 2006, p. 319.

<sup>20</sup> AGOSTINHO. *A Trindade*. Tradução de Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 1994, (Patrística, 7), p. 493.

<sup>21</sup> Cf. TORNAU, Christian. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*: Saint Augustine. Edward N. Zalta (ed.). Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/win2019/entries/augustine/>. Acesso em: 23 dez. 2019. Stanford: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2019. [s.p.].

<sup>22</sup> NIEDERBACHER, Bruno. A alma humana: o caso de Agostinho para o dualismo corpo-alma. In: MECONI, David Vincent; STUMP, Eleonore (Org.). *Agostinho*. Tradução de Jaime Clasen. São Paulo: Ideias & Letras, 2016, cap. 7, p. 161-179, (Companions & Companions), p. 162.

<sup>23</sup> GILSON, 2006, p. 103. [grifo do autor]

<sup>24</sup> AGOSTINHO. *Confissões*. Tradução de Maria Luiza Jardim Amarante. São Paulo: Edições Paulinas, 1984, p. 256.

corpo, mas sim a perfeita união entre ambos (Cf. AGOSTINHO, *A Cidade de Deus*, XIII, 24).<sup>25</sup>

### 2.2.1. O corpo

Por ter sido adepto por anos e conhecer o maniqueísmo, passa a rejeitar tanto seu dualismo quanto sua doutrina de que o corpóreo não é bom. O mesmo enfrentamento acontece com os platônicos, pois os aspectos corpóreos e sensíveis não precisam ser renunciados, mas sim ordenados pelo amor.<sup>26</sup>

Para Agostinho a matéria é boa, pois é parte da criação, poder ser já é participar da bondade do ser (Cf. AGOSTINHO, *O livre-arbítrio*, III, 14,41).<sup>27</sup> Ele também é contra a ideia de corpo como prisão da alma, pois considera que esta “[...] se une ao corpo por amor, como uma força que o ordena e o conserva e que o anima e o move de dentro”.<sup>28</sup>

A estruturação da constituição humana vai além de uma simples divisão entre alma e corpo. Agostinho concede considerável importância ao corpo, pois este participa do processo de conhecimento por parte do homem, e sem o qual não haveria a vida como é conhecida.<sup>29</sup>

Considerando natural e desejável que a alma governe o corpo, mas com sentido antiplatônico no qual ela não precisa desprender-se a todo custo do que é material, ela desempenha um papel intermediário entre Deus e os corpos.<sup>30</sup>

Experimenta-se as coisas do mundo objetivo de maneira mediada, pelos sentidos do corpo. Mas conhece-se cada um a si mesmo de maneira imediata, por meio de exercício racional.<sup>31</sup> Assim, embora haja gradação no valor entre corpo e alma, a importância do corpo está em ter certa semelhança com o Criador e por ser necessário para a cognoscibilidade entre sentidos e razão.<sup>32</sup>

---

<sup>25</sup> Cf. AGOSTINHO. *A Cidade de Deus*. Tradução de J. Dias Pereira. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, v. 2, p. 1222-1223.

<sup>26</sup> Cf. CIPRIANI, Nello. Ética. In: FITZGERALD, Allan D. (Org.). *Agostinho através dos tempos: uma enciclopédia*. Tradução de Tiago José Risi Leme. São Paulo: Paulus, 2018, (Filosofia medieval), p. 414-415.

<sup>27</sup> Cf. AGOSTINHO, 2004, p. 197.

<sup>28</sup> GILSON, 2006, p. 111.

<sup>29</sup> Cf. DALPRA, 2015, p. 121.

<sup>30</sup> Cf. TORNAU, 2019, [s.p.].

<sup>31</sup> Cf. NIEDERBACHER, 2016, p. 171.

<sup>32</sup> Cf. DALPRA, 2015, p. 122.

### 2.2.2. A alma

A alma racional tem suas atribuições, cabe a ela controlar os desejos sensuais e as paixões, tornando-se sábia ao dirigir-se a Deus, o qual é o ser supremo e o sumo bem. Desta forma, a alma tem um caráter de grandiosidade devido as suas forças vivificantes, de percepção, razão e contemplação.<sup>33</sup>

Devido à posição da alma, o bem superior do homem também é um bem da alma, sendo esta a virtude que a torna perfeita e boa. Tal definição agostiniana visa a questão moral do bem, visto que se fosse nivelada com o corpo, o bem do homem não estaria na ordem espiritual.<sup>34</sup>

Para compreender o ser humano, o ponto de partida é a aproximação de sua imagem e semelhança com Deus, ressaltada na passagem bíblica: “Façamos o homem à nossa imagem e semelhança” (Gn, 1, 26),<sup>35</sup> a qual afirma que Deus o fez assim, “[...] não para que se fizessem deuses, ou à imagem e semelhança de deuses” (AGOSTINHO, *A Trindade*, VII, 6,12),<sup>36</sup> mas um homem imagem do Deus Trindade.<sup>37</sup>

Deve-se ter cuidado com a interpretação de tal texto bíblico, pois Agostinho considera o termo *imagem* não como uma analogia, mas um efeito causal, na qual a imagem de Deus se realiza na mente humana.<sup>38</sup>

“Se o homem é a imagem de Deus, não pode ser por seu corpo, mas somente por seu pensamento e por sua alma”.<sup>39</sup> Uma vez que a humanidade é imagem de Deus devido à mente, parte superior da alma, mas não a toda sua natureza. É pessoa a imagem da Trindade que existe na mente (Cf. AGOSTINHO, *A Trindade*, XV, 7,11).<sup>40</sup>

Dentro deste contexto criacionista, na alma dos seres humanos há um dinamismo contínuo, pois “[...] embora criado naturalmente bom, a *imago Dei* ainda aspira a ser como Deus”.<sup>41</sup> Visto que a criatura busca formatar-se com seu criador, em um movimento que perdura sua existência.

---

<sup>33</sup> Cf. TORNAU, 2019, [s.p.].

<sup>34</sup> Cf. GILSON, 2006, p. 24 e 98.

<sup>35</sup> BÍBLIA, 2013, p. 34.

<sup>36</sup> AGOSTINHO, 1994, p. 377.

<sup>37</sup> Cf. DALPRA, 2015, p. 120.

<sup>38</sup> Cf. TORNAU, 2019, [s.p.].

<sup>39</sup> GILSON, 2006, p. 318.

<sup>40</sup> Cf. AGOSTINHO, 1994, p. 494.

<sup>41</sup> MECONI, 2016, p. 263. [grifo do autor]

Diante disso é possível afirmar que a grandeza do homem refere-se a Deus tê-lo feito a sua imagem e semelhança, ou seja, pensamento e alma. Pois, são o que distingue o homem, o ápice da criação, das demais criaturas corpóreas.<sup>42</sup>

Apenas o autoconhecimento da mente em nível de razão contemplativa, que se dá em três aspectos, memória de si, conhecimento de si e amor de si, qualifica-a como uma imagem de Deus. Este autoconhecimento leva a mente não apenas ao conhecimento de si, mas tem o potencial de torná-la sábia, recordar, conhecer e amar a Deus, seu criador. Onde o total autoconhecimento é alcançado quando a mente que tem consciência de si se eleva a um estado de auto pensamento.<sup>43</sup>

O homem torna-se pessoa ao refletir a imagem da Trindade, a qual lhe é interior. O ponto central desta afirmação é o tripé ser, conhecer e amar. Justamente por este atributo é que o ser humano é individual e irrepitível. Pois, são “[...] *nas tensões íntimas e lacerações de sua vontade, posta em confronto com a vontade de Deus, que Agostinho descobre o eu, a personalidade humana*”.<sup>44</sup>

A alma “[...] é imagem de Deus, porque precisamente é capaz de Deus, e pode ser partícipe dele” (AGOSTINHO, *A Trindade*, XIV, 8,11).<sup>45</sup> Assim Agostinho introduz o termo participação, o qual é “[...] essencial no entendimento de sua doutrina da deificação porque é precisamente como ele explica a capacidade da criatura agraciada de gozar de uma parte limitada num atributo divino”.<sup>46</sup>

## 2. O livre-arbítrio e a graça

Os temas do livre-arbítrio e da graça são conceitos-chave para compreender o que Agostinho entende por liberdade.

### 2.1. O problema do mal

O mal é “[...] a corrupção de uma das perfeições na natureza que as possui. [...] sendo nada por definição, o mal sequer pode ser concebido fora de um bem”.<sup>47</sup> O mal é uma

---

<sup>42</sup> Cf. GILSON, 2006, p. 318.

<sup>43</sup> Cf. TORNAU, 2019, [s.p.].

<sup>44</sup> REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da filosofia: patristica e escolástica*. Tradução de Ivo Storniolo. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2005. v. 2, p. 89. [grifo do autor]

<sup>45</sup> AGOSTINHO, 1994, p. 453.

<sup>46</sup> MECONI, 2016, p. 278.

<sup>47</sup> GILSON, 2006, p. 273.

corrupção no grau de ordem de determinada natureza. Assim, Agostinho afirma que “[...] o mal é apenas privação do bem, privação esta que chega ao nada absoluto” (AGOSTINHO, *Confissões*, III, VII).<sup>48</sup>

No que se refere ao termo privação, este é concebido dentro de uma hierarquia, na qual um determinado bem instalado em um grau inferior a outro sofre uma privação em relação a este. “O mal não é somente uma privação, é uma privação que reside num bem como em seu sujeito”.<sup>49</sup>

Agostinho conclui a respeito do mal que “[...] cada pessoa ao cometê-lo é o autor de sua má ação” (AGOSTINHO, *O livre-arbítrio*, I, 1,1).<sup>50</sup> As consequências de tal raciocínio desembocam na responsabilização humana na prática de um mal, ao invés de atribuir a culpa a outrem pelo mal praticado.

O mal se dá quando a vontade não se orienta segundo sua própria natureza, à procura do Criador, tornando-se uma perversão da vontade.<sup>51</sup> Desta forma, não se pode culpar Deus pela existência do mal no mundo, pois “[...] a maldade deles [homens] não é obra de Deus, mas procede originalmente de Adão ou aumentou pela própria vontade” (AGOSTINHO, *A graça e a liberdade*, XXI, 43).<sup>52</sup>

Ao desenvolver uma busca causal às raízes do mal, Agostinho salienta que “[...] encontra-se a cobiça em tudo o que alguém quer além do que lhe é suficiente. Tal cobiça é cupidez, e a cupidez é uma vontade desregrada [...], é a vontade desregrada a causa de todos os males” (AGOSTINHO, *O livre-arbítrio*, III, 17,48).<sup>53</sup>

Com relação a este estreito elo de ligação entre o mal e a vontade humana, Agostinho buscava compreendê-lo tanto no âmbito pessoal, quanto no racional:

Esforçava-me por compreender o significado do que ouvia dizer sobre a livre determinação da vontade, como causa do mal que praticamos, e o teu reto juízo como motivo de sofrermos esse mal. [...] Tinha a certeza de que, sempre que decidia querer ou não querer uma coisa, era eu e não outro quem queria, e via cada vez melhor que aí estava a causa de meu pecado. Do mesmo modo, estava convencido de que as ações que eu praticava contra a minha vontade eram sofridas por mim enquanto vítima, e não as considerava faltas, e, refletindo sobre a tua justiça, não tinha dificuldade em reconhecê-las como merecido castigo (AGOSTINHO, *Confissões*, VII, 3).<sup>54</sup>

---

<sup>48</sup> AGOSTINHO, 1984, p. 68.

<sup>49</sup> GILSON, opus citatum, p. 274.

<sup>50</sup> AGOSTINHO, 2004, p. 26.

<sup>51</sup> Cf. NOVAES FILHO, Moacyr Ayres. *A razão em exercício: Estudos sobre a filosofia de Agostinho*. 2. ed. São Paulo: Discurso Editorial: Paulus, 2009, p. 293.

<sup>52</sup> AGOSTINHO. A graça e a liberdade. In: \_\_\_\_\_. *A graça (II)*. Tradução de Augustinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 1999, (Patrística, 13), p. 73.

<sup>53</sup> Idem, 2004, p. 206.

<sup>54</sup> Idem, 1984, p. 162-163.

Diante do apresentado, é possível identificar os extremos da ação moral nas atitudes humanas, sendo que “[...] o mal moral, considerado na disposição da vontade que o determina, é o vício; o bem moral, ou boa disposição da vontade, é a virtude”.<sup>55</sup> Há também a distinção entre mal natural e moral, o mal natural é o mal físico, onde os seres materiais são suscetíveis à corrupção e à sucessão de uns aos outros; já o mal moral tem ligação com a vontade imperfeita que leva ao pecado.

### 2.1.1. A natureza do mal

O mal em si não é uma substância, mas é consequência de escolhas, pois “[...] em todas as espécies de ações más é a paixão que domina” (AGOSTINHO, *O livre-arbítrio*, I, 3,8).<sup>56</sup> Agostinho também deixa claro o fato de que tanto o apego ao sensível e efêmero, quanto os efeitos causados pelo mal, afastam o homem da verdadeira busca e o sentido de sua existência.

Agostinho considera que paixão é sinônimo de concupiscência, logo “[...] não há nenhuma outra realidade que torne a mente cúmplice da paixão a não ser a própria vontade e o livre-arbítrio” (AGOSTINHO, *O livre-arbítrio*, I, 11a,21).<sup>57</sup> Desta forma, os desejos materiais estão ligados à pessoa afetada pela paixão, a qual se define por uma vontade não orientada ao Bem supremo, alterando assim a hierarquia dos seres.

No que se refere a esta ordem, cometer o mal é amar os bens terrenos em detrimento dos eternos. É característica das almas pervertidas e desordenadas escravizarem-se às coisas mutáveis e incertas (Cf. AGOSTINHO, *O livre-arbítrio*, I, 16, 34 e 35a).<sup>58</sup>

E procurando o que era a iniquidade [sic] compreendi que ela não é uma substância existente em si, mas a perversão da vontade que, ao afastar-se do Ser supremo, [...] se volta para as criaturas inferiores; e esvaziando-se por dentro, pavoneia-se exteriormente (AGOSTINHO, *Confissões*, VII, 16).<sup>59</sup>

O conceito de pecado pode ser expresso como a submissão da razão pela paixão. Sua causa encontra-se no abuso da vontade livre, subvertendo a hierarquia dos seres, pois “[...] não se pode falar de ordem justa [...] onde as coisas melhores estão subordinadas às menos boas” (AGOSTINHO, *O livre-arbítrio*, I, 8,18).<sup>60</sup>

---

<sup>55</sup> GILSON, 2006, p. 317.

<sup>56</sup> AGOSTINHO, 2004, p. 32.

<sup>57</sup> Ibidem, p. 52.

<sup>58</sup> Cf. Ibidem, p. 68.

<sup>59</sup> Idem, 1984, p. 180.

<sup>60</sup> AGOSTINHO, opus citatum, p. 47.

Agostinho definiu que o mal origina-se da deficiência do livre-arbítrio, através do movimento de afastamento do Bem imutável, ou seja, o mal é defeituoso e provém do não-ser, pois não procede de Deus, e sendo tal movimento voluntário está sob o poder do homem por meio de sua vontade livre (Cf. AGOSTINHO, *O livre-arbítrio*, II, 20,54).<sup>61</sup>

## 2.2. A vontade

O termo *vontade* tem destaque no vocabulário agostiniano, devido a sua interação com a alma e com o arbítrio, pois à vontade correspondem:

[...] todas as determinações e decisões que tomamos na ordem prática, [...] todas as operações de nossas faculdades cognitivas na ordem teórica. [...] o movimento livre da alma para adquirir ou para evitar algo é a vontade. Logo, todos os movimentos da alma dependem da vontade.<sup>62</sup>

Agostinho define boa vontade como “[...] a vontade pela qual desejamos viver com retidão e honestidade, para atingirmos o cume da sabedoria” (AGOSTINHO, *O livre-arbítrio*, I, 12,25).<sup>63</sup>

É compreensível que adquirir a boa vontade demande tempo, pois quem “[...] deseja cumprir os mandamentos de Deus e não tem capacidade, na realidade tem boa vontade, mas ainda é débil e impotente. Terá capacidade quando a vontade se manifestar forte e decidida” (AGOSTINHO, *A graça e a liberdade*, XVII, 33).<sup>64</sup>

Para Agostinho, esta “vontade decidida” é sinônimo de grande amor, pois quando se ama decisivamente, há uma entrega total ao objeto deste amor. Em outras palavras: “A qualidade do amor determina a da vontade”.<sup>65</sup>

As ações dependentes da vontade humana têm como objetivo realizar a ordem divina, colaborando e querendo-a, o que evidencia o aspecto do livre-arbítrio humano. E não são submetidas forçadamente a esta ordem superior, pois se assim o fosse perderiam o caráter voluntário que as identifica.<sup>66</sup>

A vontade livre “[...] é um tipo de bem mediano, cuja natureza é boa, mas cujo efeito pode ser mau ou bom segundo a maneira pela qual o homem a usa”.<sup>67</sup> E é justamente por

---

<sup>61</sup> Cf. *Ibidem*, p. 142-143.

<sup>62</sup> GILSON, 2006, p. 252-253.

<sup>63</sup> AGOSTINHO, *opus citatum*, p. 56.

<sup>64</sup> *Idem*, 1999, p. 58.

<sup>65</sup> GILSON, 2006, p. 259.

<sup>66</sup> Cf. *Ibidem*, p. 252.

<sup>67</sup> *Ibidem*, p. 277.

esta definição que se identifica a presença do livre-arbítrio, por ser suscetível à ação humana, o que também acontece nos grandes bens.

Com relação aos bens, “[...] nos médios situa-se o livre-arbítrio da vontade, porque se pode fazer mau uso deles [...]. Mas seu bom uso já é uma virtude que se situa entre os bens maiores” (AGOSTINHO, *Retratações*, I, 9,6).<sup>68</sup>

Porém, existem as consequências para o bom e o mau uso desta vontade, pois “[...] para cair, o homem só tinha o querer; mas não basta querer se reerguer para podê-lo”.<sup>69</sup> Por isso o homem precisa da graça de Deus, que o criou, para recriá-lo após sua queda por conta própria no pecado.

Cabe a ressalva de que a responsabilidade do ato mau não é da vontade, nem daquele que a concedeu aos seres humanos, uma vez que “[...] aqueles bens desejados pelos pecadores não são maus de modo algum. Tampouco é má a vontade livre do homem” (AGOSTINHO, *O livre-arbítrio*, II, 19,53).<sup>70</sup>

Entretanto, não se deve forçar o outro a realizar o bem, pois “[...] contra a vontade, ninguém procede bem, ainda que a ação em si mesma seja boa” (AGOSTINHO, *Confissões*, I, 12).<sup>71</sup> Porque tal ato cerceia o livre-arbítrio daquele que pratica a ação.

### 2.3. O livre-arbítrio

O livre-arbítrio foi dado às pessoas para ser usado em virtude do bem, não é meramente uma escolha entre bem e mal (Cf. AGOSTINHO, *O livre-arbítrio*, I, 1,3).<sup>72</sup>

No pensamento de Agostinho, esta afinidade, entre os conceitos de vontade e livre-arbítrio, pode ser enfatizada pelo fato de que o livre-arbítrio tende cada vez mais a reforçar a boa vontade que Deus coloca nos homens, na qual o querer e o poder são úteis neste processo, no qual a graça auxilia a vontade (Cf. AGOSTINHO, *A graça e a liberdade*, XV, 31).<sup>73</sup>

O livre-arbítrio é assim considerado como um bem em si mesmo, não depende do modo como o homem serve-se dele. Desta forma, o livre-arbítrio é um suporte da ordem

---

<sup>68</sup> AGOSTINHO. *Retratações*. Tradução de Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 2019, (Patrística, 43), p. 30.

<sup>69</sup> GILSON, opus citatum, p. 291.

<sup>70</sup> AGOSTINHO, 2004, p. 141.

<sup>71</sup> Idem, 1984, p. 30.

<sup>72</sup> Cf. AGOSTINHO, opus citatum, p. 75.

<sup>73</sup> Cf. Idem, 1999, p. 55-56.

moral, princípio essencial de valores superiores (Cf. AGOSTINHO, *O livre-arbítrio*, II, 19,52).<sup>74</sup>

Para Ratzinger, o livre-arbítrio está intimamente relacionado com a liberdade, pois ela “[...] conserva sua dignidade apenas quando permanece ligada ao seu fundamento moral e à sua incumbência moral”.<sup>75</sup>

Para que a ordem moral seja efetivada, o homem deve desempenhar seu papel, pois quanto a posição humana na escala de perfeição dos seres, tem-se que:

[...] quando a razão, a mente ou o espírito governa os movimentos irracionais da alma, é que está a dominar na verdade no homem aquilo que precisamente deve dominar, em virtude daquela lei que reconhecemos como sendo a lei eterna (AGOSTINHO, *O livre-arbítrio*, livro I, 8,18).<sup>76</sup>

Mas, mesmo querendo a alma se erguer, buscando o domínio destes movimentos irracionais, ela percebe que ainda se encontra na impossibilidade de concretizar o seu querer. Este fato é devido à realidade de pecado na qual o ser humano se encontra. Portanto, Agostinho aponta para a necessidade da graça, a qual está além do simples querer humano motivado pelo livre-arbítrio (Cf. AGOSTINHO, *Confissões*, XIII, 14).<sup>77</sup>

#### 2.4. A graça

No pensamento agostiniano, o transcendente tem parte no processo de reerguimento do homem, é o que o hiponense chama de graça, porém esta não nega, nem cancela o livre-arbítrio, mas estabelece-o, porque embora a graça cause deleite na pessoa, seu consentimento pertence ao arbítrio humano, pois este pode concordar ou não com o chamado de Deus.<sup>78</sup>

Com relação à graça que liberta do pecado, Agostinho afirma que “[...] o homem pôde cair por sua própria vontade, mas não pode levantar-se” (AGOSTINHO, *Retratações*, I, 9,6).<sup>79</sup>

A graça “[...] conserva a princípio seu livre-arbítrio, pois, mesmo ao admitir que a graça dá tudo ao livre-arbítrio, ainda é necessário que ele esteja presente para receber. [...]”

---

<sup>74</sup> Cf. AGOSTINHO, opus citatum, p. 141.

<sup>75</sup> RATZINGER, Joseph. *Liberar a liberdade: fé e política no terceiro milênio*. Tradução de Rudy Albino de Assunção. São Paulo: Paulus, 2019, (Fides Quacrens), p. 81.

<sup>76</sup> AGOSTINHO, opus citatum, p. 47.

<sup>77</sup> Cf. Idem, 1984, p. 387.

<sup>78</sup> Cf. CARY, Phillip. *Inner grace: Augustine in the traditions of Plato and Paul*. New York: Oxford University Press, 2008, p. 82 e 86.

<sup>79</sup> AGOSTINHO, 2019, p. 31.

Receber é aceitar, é consentir, é agir; é também agir querendo”.<sup>80</sup> Pois se a graça condicionasse o livre-arbítrio em algum momento, este deixaria de ser o que é.

A graça é concedida à pessoa para que possa ser uma criatura plena no âmbito da liberdade, e assim afastar-se do mal e realizar o bem. Portanto, “[...] ignorância e debilidade são dois obstáculos que devem ser superados, para que alguém respire a liberdade mesma [...] a defesa da necessidade da graça é para Agostinho a defesa da liberdade cristã”.<sup>81</sup>

Tanto Agostinho quanto Tomás de Aquino, utilizam a metáfora da vida como uma viagem para explicar a graça, seu fim se encontra além desta vida. Ao longo deste itinerário há a necessidade da graça continuamente, mesmo que o ser humano tenha se convertido, pois ele ainda pode ceder às tentações e cair no pecado, de modo que a perseverança tem importante papel para manter-se no caminho do bem.<sup>82</sup>

Para realizar tal bem, a virtude cristã cresce paulatinamente com o auxílio da graça, em meio a avanços, vontades orientadas para Deus, e retrocessos, vontades orientadas para as coisas e criaturas, afastando-se de Deus. Esta graça “[...] restitui sua dominação sobre o corpo e sobre as coisas materiais; longe de abolir a vontade, a graça refaz uma boa vontade, liberta-a; do livre-arbítrio, sempre intacto em sua essência, ela refaz uma liberdade”.<sup>83</sup>

Agostinho defende uma graça que “[...] fortifica a vontade, ele insiste ao dizer que ela atua por meio do amor e, portanto, torna invencível a vontade contra o mal sem lhe tirar a possibilidade de não querer”.<sup>84</sup>

De modo a evitar uma errônea compreensão a respeito da graça, Agostinho afirma a primazia desta sobre as boas obras, fato que não exclui o livre-arbítrio em momento algum, pois é preciso que o homem desenvolva sua parte. Esta distinção evita o orgulho e a autopromoção em tomar para si méritos que não lhe pertencem (Cf. AGOSTINHO, *A graça e a liberdade*, IX, 21).<sup>85</sup>

---

<sup>80</sup> GILSON, 2006, p. 305.

<sup>81</sup> IGREJA CATÓLICA, 1987, p. 27.

<sup>82</sup> Cf. WAWRYKOW, Joseph. Tomás de Aquino. In: FITZGERALD, Allan D. (Org.). *Agostinho através dos tempos: uma enciclopédia*. Tradução de Iranildo Bezerra Lopes. São Paulo: Paulus, 2018, (Filosofia medieval), p. 933.

<sup>83</sup> GILSON, 2006, p. 311.

<sup>84</sup> IGREJA CATÓLICA, 1987, p. 28.

<sup>85</sup> Cf. AGOSTINHO, 1999, p. 44-45.

### 2.4.1. Gratuidade da graça

Diante de equivocadas compreensões do tema referente à graça, Agostinho pontua que a mesma não é concedida meritocraticamente, pois “‘Deus coroa seus dons, não os teus merecimentos; se os tens por ti mesmo e não por ele, são méritos teus’. Se são teus, são maus, e Deus não os coroa; porém, se são bons, são dons de Deus” (AGOSTINHO, *A graça e a liberdade*, VI, 15).<sup>86</sup>

Assim, é importante que o ser humano se situe, conforme sua condição limitada de não conseguir nem poder tudo o que quiser. As ações humanas deveriam revestir-se de humildade e gratidão pela graça que as complementa.<sup>87</sup>

Nem mesmo para quem está próximo de Deus, no sentido de seguir leis e preceitos, pode afirmar sobre si mesmo um determinado estado de graça, pois “[...] ninguém diga que a graça de Deus lhe é outorgada em vista dos merecimentos de suas obras ou de suas orações ou de sua fé, e pense ser verdade [...] que Deus nos dá sua graça conforme nossos merecimentos” (AGOSTINHO, *A graça e a liberdade*, carta 194,4).<sup>88</sup>

Portanto, a graça é “[...] o que confere à vontade seja a força para querer o bem, seja para realizá-lo. Ora, esta força dupla é a própria definição de liberdade”.<sup>89</sup> Desta forma, para que o ser humano possa ser livre, é necessária a presença da graça, concedida gratuitamente por Deus aos seres humanos.

Considerando o itinerário exposto, tem-se uma visão de complementariedade da graça divina com o querer humano por parte de uma boa vontade que orienta o livre-arbítrio, em que ambos são uma resposta ao problema do mal enfrentado por Agostinho.

## 3. A condição humana e sua reabilitação

É possível traçar um itinerário que parte da situação atual do ser humano, findando na realização da pessoa como tal. Não se trata de supor um ser humano suprarreal, mas sim do que está dentro de suas possibilidades, desenvolvendo-se a partir do autoconhecimento.

---

<sup>86</sup> Ibidem, p. 39. [grifo do autor]

<sup>87</sup> Cf. GILSON, 2006, p. 290.

<sup>88</sup> AGOSTINHO, opus citatum, p. 13.

<sup>89</sup> GILSON, opus citatum, p. 303.

### 3.1. A condição atual do ser humano

Por meio da observação da conduta humana, Agostinho afirma àqueles que “[...] pretendem encontrar a alegria fora de si mesmos facilmente encontram o vazio, dissipando-se nas coisas visíveis e temporais, das quais o seu pensamento faminto lambe somente as aparências” (AGOSTINHO, *Confissões*, IX, 4).<sup>90</sup>

Agostinho busca advertir seus leitores do perigo de buscar estabilidade no mundo que se encontra em constante devir, “[...] este mundo miserável esquece o Criador, para em teu lugar, Senhor, amar tuas criaturas” (AGOSTINHO, *Confissões*, II, 3).<sup>91</sup>

Com relação a este amor não orientado corretamente, Agostinho nega que seja natural o movimento da alma para os bens inferiores, mas sim voluntário. Portanto, implica um caráter de responsabilidade à pessoa que se serve desta maneira (Cf. AGOSTINHO, *O livre-arbítrio*, III, 1,2).<sup>92</sup>

A visão ratzingeriana do homem contemporâneo não difere daquela outrora de Agostinho, para ele o homem dá sinais de que “[...] espera salvar-se sozinho e parece que tem condições para isso. Ao primado do futuro está ligado o primado da *praxis*, um primado da acção [sic] humana”.<sup>93</sup>

Porém, é importante ter em mente que as obras criadas não podem receber o ônus do pecado humano devido à dignidade que lhes fora confiada pelo Criador, pois desta forma mantém a sua importância na hierarquia dos seres. (Cf. AGOSTINHO, *O livre-arbítrio*, III, 5,12).<sup>94</sup>

Mesmo diante da situação de pecado na qual o homem está imerso, ele “[...] continua capaz de conhecer o verdadeiro e amar o bem, ao adquirir progressivamente, por um exercício lento, as artes, as ciências e as virtudes”.<sup>95</sup>

Nas palavras de Agostinho, o qual tece um elogio ao homem decaído, “[...] devem a razão e a inteligência despertar e desenvolver-se com a idade para que a alma se torne capaz da ciência e de doutrina e apta para a percepção da verdade e do amor ao bem” (AGOSTINHO, *A Cidade de Deus*, XXII, 24).<sup>96</sup>

---

<sup>90</sup> AGOSTINHO, 1984, p. 227.

<sup>91</sup> Ibidem, p. 46.

<sup>92</sup> Cf. AGOSTINHO, 2004, p. 149.

<sup>93</sup> RATZINGER, Joseph. *Fé e futuro*. Tradução de Conceição Barreira de Sousa. Estoril: Princípia, 2008, p. 86. [grifo do autor]

<sup>94</sup> Cf. AGOSTINHO, opus citatum, p. 163.

<sup>95</sup> GILSON, 2006, p. 287-288.

<sup>96</sup> AGOSTINHO. *A Cidade de Deus*. Tradução de J. Dias Pereira. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, v. 3, p. 2337-2338.

E ao fazer memória de seu passado ele pode afirmar a miséria da ambição: “Eu aspirava às honras, à riqueza [...]. Nesses desejos amargos eu sofria dissabores, e tu me querias tanto mais bem quanto menos consentias que eu experimentasse consolação naquilo que não eras tu” (AGOSTINHO, *Confissões*, VI, 6).<sup>97</sup> Desta forma fica explícita a condição que o homem se encontra quando quer aquilo que satisfaça-o instantaneamente, embora momentaneamente apenas.

### 3.1.1. O pecado

Para Agostinho, mesmo com o pecado original, oriundo da falta inicial de Adão, o homem não tem negado seu livre-arbítrio. Por outro lado, este primeiro pecado danificou a natureza humana, pois há então uma diferença entre querer e poder. Com o pecado original o ser humano perdeu o poder de fazer o bem, restando-lhe apenas o querer.<sup>98</sup>

Ao aderir ao Bem em sua imutabilidade e universalidade, a vontade alcançará os maiores bens do homem, por outro lado,

[...] ela peca, ao se afastar do Bem imutável e comum, para se voltar para o seu próprio bem particular, seja exterior, seja inferior. Ela volta-se para seu bem particular, quando quer ser senhora de si mesma; para um bem exterior, quando se aplica a apropriar-se de coisas alheias [...]; e volta-se para um bem inferior, quando ama os prazeres do corpo (AGOSTINHO, *O livre-arbítrio*, II, 19,53).<sup>99</sup>

O homem é concebido para uma união de deificação, que não se dá por si só. “Tornar-se como Deus é a promessa de Deus à humanidade, mas é somente Deus que concede isso. Constituído de maneira inata para uma união de deificação, a pessoa humana peca ao buscar essa união e onipotência separada de Deus”.<sup>100</sup>

E ao afastar-se desta união deificante, inevitavelmente o homem se encontra com o pecado, os seus males são assim descritos pelo hiponense:

Ir do temor ao desejo; da ansiedade mortal à vã e falsa alegria; dos tormentos por ter perdido um objeto que amava ao ardor de adquirir outro que ainda não possui; das irritações de uma injúria recebida ao insaciável desejo de vingança. E de todo lado a que se volta, a avareza cerca esse homem, a luxúria o consome, a ambição o escraviza, o orgulho o incha, a inveja o tortura, a ociosidade o aniquila, a obstinação o excita, a humilhação o abate (AGOSTINHO, *O livre-arbítrio*, I, 11a,22).<sup>101</sup>

---

<sup>97</sup> Idem, 1984, p. 139.

<sup>98</sup> COSTA, Marcos Roberto Nunes. Livre-arbítrio e liberdade em Santo Agostinho. In: Marcelo Carvalho, Vinícius Figueiredo (Org.). *ANPOF XV*. São Paulo, p. 379-389. 2013, (Filosofia antiga e medieval), p. 381-382.

<sup>99</sup> AGOSTINHO, 2004, p. 141.

<sup>100</sup> MECONI, 2016, p. 265.

<sup>101</sup> AGOSTINHO, opus citatum, p. 53.

Diante da constante presença do pecado na vida humana, o qual leva à sua corrupção, é possível afirmar que enquanto se vive há um combate constante contra a concupiscência. Apenas após a morte é que haverá paz no ser humano, pois mesmo que a alma esteja submetida a Deus, os aspectos carnisais estão sob a lei do pecado.<sup>102</sup>

Agostinho entende a importância dos bens terrestres, mas declara que quem se serve mal deles comete pecado (Cf. AGOSTINHO, *O livre-arbítrio*, I, 15,33).<sup>103</sup> Por fim, o pecado pode ser a causa de um mau hábito naqueles que o pratica.

A lei de Deus propõe dois meios de agir: conter ou não as más inclinações, ou tentações, que afligem o corpo e atormentam a alma, em outras palavras, a boa ação, ou então, o pecado, respectivamente.<sup>104</sup>

### 3.1.2. A paixão e o hábito

Agostinho assim define a relação entre o pecado e o hábito por meio de uma lei: “[...] a lei do pecado é a violência do hábito pela qual a alma, mesmo contrafeita, é arrastada e presa, porém mercedamente, porque se deixa livremente escorregar” (AGOSTINHO, *Confissões*, VIII, 5).<sup>105</sup>

Neste sentido o termo “violência” denota um caráter que beira o determinismo da atitude humana depois que o hábito se instalou em sua rotina, similar a um ciclo vicioso. “Da vontade pervertida nasce a paixão; servindo à paixão, adquire-se o hábito, e, não resistindo ao hábito, cria-se a necessidade” (AGOSTINHO, *Confissões*, VIII, 5).<sup>106</sup>

A paixão é sinônimo de concupiscência a qual tende para um objeto (Cf. AGOSTINHO, *O livre-arbítrio*, I, 4,9).<sup>107</sup> Assim estes termos podem ser interligados da seguinte maneira: “Eu, realmente, era escravizado e atormentado pelo hábito de saciar uma insaciável concupiscência” (AGOSTINHO, *Confissões*, VI, 12).<sup>108</sup>

Tal característica de escravidão remete a um aspecto de submissão, no qual “[...] o homem age segundo suas paixões, as quais, por sua vez, são apenas expressões diretas de

---

<sup>102</sup> Cf. GILSON, 2006, p. 323.

<sup>103</sup> Cf. AGOSTINHO, opus citatum, p. 66.

<sup>104</sup> Cf. SILVA, Maurizio Filippo Di. Elementos cinéticos do conceito agostiniano de pecado. In: Marcelo Carvalho, et all (Orgs.). *ANPOF XVI*. São Paulo, p. 29-39. 2015, (Filosofia medieval), p. 30.

<sup>105</sup> AGOSTINHO, 1984, p. 201.

<sup>106</sup> Ibidem, p. 200.

<sup>107</sup> Cf. Idem, 2004, p. 32-33.

<sup>108</sup> AGOSTINHO, opus citatum, p. 151-152.

seu amor. [...] É um erro acreditar que há paixões boas ou más em si mesmas [...] tudo depende do amor que as inspira”.<sup>109</sup>

Agostinho sentia dificuldades em libertar-se de seu jugo, devido ao mau hábito fortemente enraizado em sua vida, pois este exerce uma força contrária ao bom hábito indicado pela razão: “Hesitava em morrer para a morte, em viver para a vida. A paixão, arraigada em mim, ainda me dominava mais do que o bem que jamais praticara” (AGOSTINHO, *Confissões*, VIII, 11).<sup>110</sup>

Segundo Ratzinger, o hábito pode atar a ação livre do homem, propõe no que “[...] consiste a verdadeira profundidade da libertação cristã e da liberdade nela adquirida: libertando do costume, liberta de uma força que [...] o próprio homem criou, mas que há muito o sobrepujou, vindo a ser agora o seu senhor”.<sup>111</sup>

Diante desta situação, Agostinho se questiona se alguém poderia pecar em algo que não pudesse evitar, visto que o pecado requer o voluntarismo humano. Para o qual esboça uma razão para que se suceda assim.

Se diante da violência de seus maus hábitos carnis tornados, de certo modo, disposições naturais por efeito do que há de brutal na geração da vida mortal, o homem veja perfeitamente o bem a ser feito e o queira, sem contudo poder realiza-lo. De fato, essa é a punição muito justa do pecado: fazer perder aquilo que não foi bem usado, quando seria possível tê-lo feito (AGOSTINHO, *O livre-arbítrio*, III, 18,52).<sup>112</sup>

O hábito também implica uma vontade humana ineficaz, pois ao querer algo diferente deste hábito enraizado percebe-se a incapacidade de sua realização, já que “[...] não é um absurdo querer em parte, e em parte não querer. É antes uma doença da alma, porque [...] a alma não consegue erguer-se totalmente, por estar abatida pelo peso do hábito” (AGOSTINHO, *Confissões*, VIII, 9).<sup>113</sup>

As sensações são buscadas pelas pessoas de modo que “[...] os próprios prazeres da vida são obtidos, não apenas à custa de sofrimentos fortuitos e inesperados, mas por incômodos previstos e voluntariamente aceitos” (AGOSTINHO, *Confissões*, VIII, 3).<sup>114</sup> Assim os maus hábitos, ao contrário dos bons, levam à sujeição do que é externo.

---

<sup>109</sup> GILSON, 2006, p. 259.

<sup>110</sup> AGOSTINHO, opus citatum, p. 212.

<sup>111</sup> RATZINGER, 2019, p. 54.

<sup>112</sup> AGOSTINHO, 2004, p. 209-210.

<sup>113</sup> Idem, 1984, p. 208.

<sup>114</sup> Ibidem, p. 197.

### 3.1.2.1. A sujeição pelos sentidos exteriores

Agostinho aponta para outros conceitos importantes ao tema, hábito e necessidade, e evidencia o problema da submissão aos prazeres como uma perda da faculdade de raciocínio onde “[...] escravizando-se a estas [coisas criadas] pela paixão, já não as podem julgar” (AGOSTINHO, *Confissões*, X, 6).<sup>115</sup>

A mente em seu estado decaído está imersa em uma realidade puramente sensível, tendendo assim confundir a realidade de fato com outras coisas, principalmente as materiais, que acabam recebendo maior importância, como aquilo que é sensível e dá prazer.<sup>116</sup>

Quando o ser humano confia apenas em si mesmo, ele pode criar uma situação de negacionismo, no qual ele permanece ligado a um vício afirmando que o domina e sabe controlar-se, outorgando a si mesmo um falso triunfo diante daquilo que o domina. Porém, cheio de autoconfiança cai novamente no erro, pois sua audácia é maior que a reta resolução (Cf. AGOSTINHO, *Confissões*, VI, 8).<sup>117</sup>

Entretanto, as coisas externas não são em si mesmas más, pois “[...] é evidente ser preciso não censurar o objeto do qual se usa mal, mas sim a pessoa que dele mal se serviu” (AGOSTINHO, *O livre-arbítrio*, I, 16,34).<sup>118</sup>

Desta forma é possível afirmar a primazia da vida moral sobre a vida dissoluta de provações temporais (Cf. AGOSTINHO, *O livre-arbítrio*, II, 10,28).<sup>119</sup> Pois quando o corpo é afetado por uma paixão material, causa na alma um apelo, não necessariamente uma ação efetiva.<sup>120</sup>

Neste contexto da paixão pelas coisas e seu efeito na vida humana, Agostinho afirma que “[...] o homem afunda mais e mais nas trevas, à medida que abraça com mais gosto aquilo a que a sua fraqueza adapta-se com maior facilidade” (AGOSTINHO, *O livre-arbítrio*, II, 16,43).<sup>121</sup>

---

<sup>115</sup> Ibidem, p. 256.

<sup>116</sup> Cf. TORNAU, 2019, [s.p.].

<sup>117</sup> Cf. AGOSTINHO, opus citatum, p. 143-144.

<sup>118</sup> Idem, 2004, p. 67-68.

<sup>119</sup> Cf. Ibidem, p. 110.

<sup>120</sup> GILSON, 2006, p. 132.

<sup>121</sup> AGOSTINHO, opus citatum, p. 131.

## 3.2. A liberdade

“O poder de fazer o que escolhemos fazer é mais do que o livre-arbítrio, é a liberdade”.<sup>122</sup> A qual é condicionada, nas palavras de Agostinho, pelo fato de que “[...] não existe verdadeira liberdade a não ser entre pessoas felizes, as quais seguem a lei eterna” (AGOSTINHO, *O livre-arbítrio*, I, 15,32).<sup>123</sup>

É sabido que o uso dos bens materiais com fim em si mesmos é a evidência concreta da sujeição pelos sentidos exteriores, porém, utilizá-los tendo Deus como fim é fruir da verdadeira e perfeita liberdade.<sup>124</sup>

A liberdade consiste em “[...] estarmos submetidos a essa Verdade. É ela o nosso Deus mesmo, o qual nos liberta da morte, isto é, da condição de pecado” (AGOSTINHO, *O livre-arbítrio*, II, 14,37).<sup>125</sup>

### 3.2.1. O exercício do livre-arbítrio

A liberdade para Agostinho não se define meramente pela escolha arbitrária entre o bem e o mal, mas sim a opção pelo bem e por Deus, o ser humano somente será livre quando Deus o tomar pelas mãos (Cf. AGOSTINHO, *O livre-arbítrio*, II, 14,37).<sup>126</sup>

Uma boa prática para exercitar-se na busca pela liberdade, segundo Agostinho, é dado pelo imperativo: “É vosso dever pelo livre-arbítrio não fazer o mal, mas praticar o bem” (AGOSTINHO, *A graça e a liberdade*, X, 22).<sup>127</sup>

Há uma diferença com relação ao uso que se faz do livre-arbítrio pelo ser humano, pois usá-lo de forma errada não destrói sua natureza, apenas o priva do gozo do bem; por outro lado, utilizar bem o livre-arbítrio é ser livre.<sup>128</sup> Esta verdadeira e plena liberdade consistia naquela que Adão possuía: a de usar bem o seu livre-arbítrio (Cf. AGOSTINHO, *O livre-arbítrio*, III, 25,74).<sup>129</sup>

Há um liame na simples escolha do fazer o bem, que se encontra na intenção do ato, ao qual Agostinho recorda:

---

<sup>122</sup> GILSON, opus citatum, p. 299.

<sup>123</sup> AGOSTINHO, opus citatum, p. 65.

<sup>124</sup> Cf. GILSON, opus citatum, p. 319.

<sup>125</sup> AGOSTINHO, opus citatum, p. 121.

<sup>126</sup> Cf. *Ibidem*, p. 121.

<sup>127</sup> *Idem*, 1999, p. 45.

<sup>128</sup> Cf. GILSON, 2006, p. 309.

<sup>129</sup> Cf. AGOSTINHO, 2004, p. 238.

Não deveis defender a liberdade a ponto de atribuir-lhe as boas obras sem a graça de Deus; e não deveis defender a graça de Deus a ponto de preferir as más obras, como se tivésseis a garantia da graça (AGOSTINHO, *A graça e a liberdade*, carta 195,8).<sup>130</sup>

Assim, o hiponense aponta a graça como outro conceito necessário para obter a liberdade, o qual se une com o livre-arbítrio.

### 3.2.2. O papel da graça

No pensamento de Agostinho é a graça quem conserva o livre-arbítrio, alcançando assim a liberdade, pois:

[...] dado que em tal doutrina a liberdade se confunde com a eficácia de um livre-arbítrio orientado para o Bem, e que o ofício próprio da graça é conferir esta eficácia, não somente não pode haver oposição entre a liberdade e a graça, mas, ao contrário, é unicamente a graça que confere a liberdade ao homem.<sup>131</sup>

Haverá liberdade quando a graça se enxertar no livre-arbítrio e este se torna liberdade (Cf. AGOSTINHO, *O livre-arbítrio*, III, 25,74).<sup>132</sup> Outro elemento importante quando se fala da graça é a fé.

A fé precede o poder para fazer o bem, pois ela é elemento necessário para que haja reconhecimento da condição humana, que é anterior à liberdade. Neste sentido, pode-se considerar tanto uma graça preveniente, quanto uma graça cooperante. É preveniente pois a fé é uma graça, é um dom de Deus; assim como a graça coopera com a imposição da decisão na vontade. O livre-arbítrio da vontade e a fé vinculados à graça são as condições necessárias para o homem poder fazer o bem e alcançar o fim supremo: a beatitude.<sup>133</sup>

Portanto, pode-se definir graça como “[...] o que confere à vontade seja a força para querer o bem, seja para realizá-lo. Ora, esta força dupla é a própria definição de liberdade”.<sup>134</sup> Pode-se concluir que sem a graça não se pratica bem algum (Cf. AGOSTINHO, *A graça e a liberdade*, IV, 7).<sup>135</sup>

Portanto, “[...] libertar-se do domínio das paixões desordenadas, liberdade que é obra da graça que ilumina o intelecto e dá tanta força à vontade que a torna invencível contra o mal”,<sup>136</sup> possibilita ao ser humano liberar-se das amarras que o prendiam, evidenciando o duplo requisito para a obtenção da liberdade.

---

<sup>130</sup> Idem, 1999, p. 21.

<sup>131</sup> GILSON, 2006, p. 312.

<sup>132</sup> Cf. AGOSTINHO, 2004, p. 238.

<sup>133</sup> AZEVEDO, Flavia Formaggio de Lara. Liberdade e graça em Santo Agostinho. In: Marcelo Carvalho, et all (Orgs.). ANPOF XVI. São Paulo, p. 85-96. 2015, (Filosofia medieval), p. 89-90.

<sup>134</sup> GILSON, 2006, p. 303.

<sup>135</sup> Cf. AGOSTINHO, 1999, p. 31.

<sup>136</sup> IGREJA CATÓLICA, 1987, p. 27.

Outro caráter da graça é que, por meio dela, Deus “[...] nos chama e somos libertados de nossos deméritos” (AGOSTINHO, *A graça e a liberdade*, I, 1).<sup>137</sup> De modo que a liberdade suprema seria o livre-arbítrio submetido exclusivamente a Deus, o sumo Bem.

No contexto da Criação, “[...] o ‘recriador’ só pode ser um criador, ou seja, Deus. Pode-se sempre cair por si mesmo, mas não é possível sempre se reerguer; nunca se pode, quando a queda é infinita, a menos que Deus [...] nos reerga”.<sup>138</sup> E buscar esta recriação deve ser o objetivo daquele que anseia a felicidade, no desenvolvimento completo do ser humano.

### 3.3. O ser humano recriado

A partir do momento em que a razão “[...] domina no homem e comanda a todos os outros elementos que o constituem, ele encontra-se perfeitamente ordenado” (AGOSTINHO, *O livre-arbítrio*, I, 8,18).<sup>139</sup> Entretanto, trata-se de uma tarefa a ser realizada com perseverança ao longo de toda a vida terrena.<sup>140</sup>

O ser humano que está voltado para o bem deseja, tanto quanto aquele voltado ao mal, uma vida sem temor. Porém, ele a busca na renúncia das coisas materiais, uma vez que estas podem ser perdidas, e quando isso acontece sua alegria se esvai juntamente com tais bens (Cf. AGOSTINHO, *O livre-arbítrio*, I, 4,10).<sup>141</sup>

É feliz aquele que contempla a verdade na fonte, e não nas criaturas, as quais são iluminadas por ela (Cf. AGOSTINHO, *O livre-arbítrio*, II, 13,36).<sup>142</sup> A ponto de perceber a suavidade e o prazer da privação de tais sensações, apesar de por algum tempo temer estar alheio delas (Cf. AGOSTINHO, *Confissões*, IX, 1).<sup>143</sup>

Um conceito chave para compreender esta recriação é o princípio de participação, o qual define-se no fato de que “[...] coisa alguma pode se aperfeiçoar a si mesma, porque coisa alguma pode se dar a si aquilo que não possui” (AGOSTINHO, *O livre-arbítrio*, II, 17,45).<sup>144</sup>

---

<sup>137</sup> AGOSTINHO, opus citatum, p. 23.

<sup>138</sup> GILSON, 2006, p. 311. [grifo do autor]

<sup>139</sup> AGOSTINHO, 2004, p. 46.

<sup>140</sup> Cf. GILSON, opus citatum, p. 321.

<sup>141</sup> Cf. AGOSTINHO, opus citatum, p. 35.

<sup>142</sup> Cf. Ibidem, p. 121.

<sup>143</sup> Cf. Idem, 1984, p. 219.

<sup>144</sup> AGOSTINHO, opus citatum, p. 132.

Este ser humano recriado “[...] não cai na tentação, se com firme vontade vencer a má concupiscência” (AGOSTINHO, *A graça e a liberdade*, IV, 9).<sup>145</sup> De modo que, para isto acontecer, existe a necessidade da graça, a qual requer, do mesmo modo, a necessidade da ação ética individual. Para assim consumir um retorno do ser humano ao Criador, e portanto um retorno de Deus à criatura.<sup>146</sup>

No que tange ao bem agir, indubitavelmente retorna-se ao tema da vontade. Assim, ao afirmar que uma vontade é livre, quer-se dizer que esta é a “[...] vontade com a qual o homem foi criado” (AGOSTINHO, *O livre-arbítrio*, III, 18,52).<sup>147</sup>

É possível traçar um paralelo do itinerário humano, ao longo de seu crescimento pessoal, no qual encontrará repouso em Deus, uma vez que “[...] somos agora levados a praticar o bem, [...] enquanto antes éramos impelidos a fazer o mal, porque te abandonávamos”. (AGOSTINHO, *Confissões*, XIII, 38).<sup>148</sup>

Diante do exposto fica clara a possibilidade do ser humano tornar-se o seu melhor, desenvolver-se buscando a verdadeira felicidade pela senda da virtude, na reta ação ética, sem estar alheio da graça que o auxilia a completar tal intento.

## Conclusão

O intento principal foi o de compreender como o livre-arbítrio e a graça auxiliam o ser humano na reabilitação de sua condição antropológica, conforme o pensamento de Agostinho de Hipona. Visto que o ser humano pode crescer na escala de perfeição do ser, ele não precisa ficar estagnado em sua situação atual. É um pensar para além da esfera corpórea, buscando abarcar todas as dimensões humanas. Quando pensa-se assim, com a perspectiva de um fim, abre-se a possibilidade para solução do problema da perda de valores na sociedade contemporânea, na qual se busca um reencontro com sua essência.

Com o esclarecimento dos conceitos de *imagem e semelhança de Deus, amor, corpo e alma*, pode-se compreender melhor a visão do ser humano por Agostinho. Ao estudar a problemática e a natureza do *mal*, a *vontade humana*, o *livre-arbítrio* e a *graça* em Agostinho, foi possível identificar as bases teóricas do problema em questão.

---

<sup>145</sup> Idem, 1999, p. 33.

<sup>146</sup> FITZGERALD, Allan D. Ética. In: \_\_\_\_\_. (Org.). Agostinho através dos tempos: uma enciclopédia. Tradução de Tiago José Risi Leme. São Paulo: Paulus, 2018, (Filosofia medieval), p. 418.

<sup>147</sup> AGOSTINHO, 2004, p. 210.

<sup>148</sup> Idem, 1984, p. 417.

Por ter abordado o conceito de pecado, bem como seus desdobramentos na paixão e no hábito, e que por fim levam o ser humano à sujeição pelos sentidos exteriores, pode-se apresentar como o exercício do livre-arbítrio e o papel da graça podem auxiliar o homem na reabilitação de sua condição sob a ótica agostiniana.

Culminando na verdadeira liberdade a ser exercida, evidenciando o ser humano recriado, no sentido de ter a vida transformada devido à busca por um sentido à mesma, algo cuja empreitada, por mais que demandasse toda a vida corpórea para ser alcançada, valeria a pena.

Possibilitando assim o conhecimento do que fazer, nos passos a serem dados para alcançar o maior objetivo da vida: a busca pela felicidade. Pois é assim que se passa a conhecer-se melhor. Munido de tais informações pode-se perceber seus próprios limites tanto para evitar autocobranças em demasia, quanto enxergar não apenas o ser humano que se é, mas principalmente a pessoa que se pode ser. Este pensamento por si só já é fruir uma parcela da liberdade.

É interessante discernir que o caminho percorrido por Agostinho foi um percurso completado só por ele. Cada qual deve trilhar em suas próprias vias, pois elas são resultado das livres escolhas feitas individualmente.

## Referências

AGOSTINHO. *A Cidade de Deus*. Tradução de J. Dias Pereira. v. 2. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

AGOSTINHO. *A Cidade de Deus*. Tradução de J. Dias Pereira. v. 3. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

AGOSTINHO. *Confissões*. Tradução de Maria Luiza Jardim Amarante. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.

AGOSTINHO. *A doutrina cristã: Manual de exegese e formação cristã*. Tradução de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 2002. (Patrística, 17).

AGOSTINHO. A graça e a liberdade. In: AGOSTINHO. *A graça (II)*. Tradução de Augustinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 1999. (Patrística, 13).

AGOSTINHO. *In epistolam Joannis ad parthos tractatus decem*. MIGNE, Patrologia latina, [s. d.]. v. 35.

AGOSTINHO. *O livre-arbítrio*. Tradução de Nair de Assis Oliveira. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2004. (Patrística, 8).

AGOSTINHO. *Retratações*. Tradução de Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 2019. (Patrística, 43).

AGOSTINHO. *A Trindade*. Tradução de Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 1994. (Patrística, 7).

AZEVEDO, Flavia Formaggio de Lara. Liberdade e graça em Santo Agostinho. In: Marcelo Carvalho, et all (Orgs.). *ANPOF XVI*. São Paulo. p. 85-96. 2015. (Filosofia medieval).

BÍBLIA. Português. *Bíblia de Jerusalém*. Tradução de Centro Bíblico Católico. São Paulo: Paulus, 2013. (formato grande).

CARY, Phillip. *Inner grace: Augustine in the traditions of Plato and Paul*. New York: Oxford University Press, 2008.

CIPRIANI, Nello. Ética. In: FITZGERALD, Allan D. (Org.). *Agostinho através dos tempos: uma enciclopédia*. Tradução de Tiago José Risi Leme. São Paulo: Paulus, 2018. (Filosofia medieval).

COSTA, Marcos Roberto Nunes. Livre-arbítrio e liberdade em Santo Agostinho. In: Marcelo Carvalho, Vinícius Figueiredo (Org.). *ANPOF XV*. São Paulo. p. 379-389. 2013. (Filosofia antiga e medieval).

DALPRA, Fábio. A fundamentação da antropologia agostiniana no De Trinitate. *Revista ética e filosofia política*. Juiz de Fora, Minas Gerais. Número XVIII, v. I, p. 118-128, ago. 2015.

FITZGERALD, Allan D. Ética. In: FITZGERALD, Allan D. (Org.). *Agostinho através dos tempos: uma enciclopédia*. Tradução de Tiago José Risi Leme. São Paulo: Paulus, 2018. (Filosofia medieval).

GILSON, Étienne. *Introdução ao estudo de Santo Agostinho*. Tradução de Cristiane Negreiros Abbud Ayoub. São Paulo: Discurso Editorial; São Paulo: Paulus, 2006.

IGREJA CATÓLICA. *Carta apostólica no XVI centenário da conversão de Santo Agostinho*. São Paulo: Loyola, 1987.

LIMA, Ricardo Pereira Santos. A alma e suas faculdades: uma hipótese sobre o uso dos termos em Agostinho. In: Marcelo Carvalho, et all (Org.). *ANPOF XVI*. São Paulo. p. 11-19. 2015. (Filosofia medieval).

MECONI, David Vincent. A doutrina de Agostinho sobre deificação. In: MECONI, David Vincent; STUMP, Eleonore (Org.). *Agostinho*. Tradução de Jaime Clasen. São Paulo: Ideias & Letras, 2016. cap. 11, p. 257-279. (Companions & Companions).

NIEDERBACHER, Bruno. A alma humana: o caso de Agostinho para o dualismo corpo-alma. In: MECONI, David Vincent; STUMP, Eleonore (Org.). *Agostinho*. Tradução de

Jaime Clasen. São Paulo: Ideias & Letras, 2016. cap. 7, p. 161-179. (Companions & Companions).

NOVAES FILHO, Moacyr Ayres. *A razão em exercício*: Estudos sobre a filosofia de Agostinho. 2. ed. São Paulo: Discurso Editorial: Paulus, 2009.

RATZINGER, Joseph. *Fé e futuro*. Tradução de Conceição Barreira de Sousa. Estoril: Princípia, 2008.

RATZINGER, Joseph. *Liberar a liberdade*: fé e política no terceiro milênio. Tradução de Rudy Albino de Assunção. São Paulo: Paulus, 2019. (Fides Quaerens).

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da filosofia*: patrística e escolástica. Tradução de Ivo Storniolo. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2005. v. 2.

SCHLABACH, Gerald W. Ética. In: FITZGERALD, Allan D. (Org.). *Agostinho através dos tempos*: uma enciclopédia. Tradução de Tiago José Risi Leme. São Paulo: Paulus, 2018. (Filosofia medieval).

SILVA, Maurizio Filippo Di. Elementos cinéticos do conceito agostiniano de pecado. In: Marcelo Carvalho, et al. (Orgs.). *ANPOF XVI*. São Paulo. p. 29-39. 2015. (Filosofia medieval).

TORNAU, Christian. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*: Saint Augustine. Edward N. Zalta (ed.). Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/win2019/entries/augustine/>. Acesso 23 dez. 2019.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. A ética agostiniana. In: VAZ, Henrique Cláudio de Lima. *Escritos de filosofia IV*: Introdução à ética filosófica 1. São Paulo: Loyola, 1999. cap. 2, p. 177-197. (Coleção filosofia).

WAWRYKOW, Joseph. Tomás de Aquino. In: FITZGERALD, Allan D. (Org.). *Agostinho através dos tempos*: uma enciclopédia. Tradução de Iranildo Bezerra Lopes. São Paulo: Paulus, 2018. (Filosofia medieval).